



## INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

Cíntia da Silva Camargo<sup>1</sup>

Glauciene Caetano de Oliveira Melo<sup>2</sup>

Sônia Maria Gomes Araújo<sup>3</sup>

### RESUMO

A finalidade desse estudo foi promover uma reflexão sobre a inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares. Assim, o estudo buscou respostas para dois questionamentos: existe ou não uma inclusão escolar efetiva e o que a escola faz frente a este desafio e como tem se preparado, de modo a melhor atender à diversidade e necessidades pedagógicas dos estudantes, buscando garantir o acesso ao conhecimento para todos. O principal objetivo do presente artigo foi compreender as dificuldades que o aluno surdo tem enfrentado na sala de aula, na obtenção do conhecimento e no desenvolvimento educacional. E como objetivos específicos, buscou analisar alternativas educacionais para os surdos; refletir sobre as representações sociais da surdez e dos sujeitos surdos; e também analisar as condições de aprendizagem e desenvolvimento de uma criança surda. A escolha do tema de justifica pela busca do reconhecimento da diversidade e dos marginalizados por uma educação que contemple as diferenças. Hipoteticamente, acredita-se que a inclusão de surdos deve acontecer a partir do momento em que se busca um maior conhecimento sobre os hábitos comunicativos dessas pessoas, valorizando-os e estabelecendo com estes uma maior ligação entre a sociedade e a comunidade de surdos. Outrossim, é necessário existir um processo contínuo de formação da equipe para trabalhar com os desafios que acontecem diante da educação e inclusão de surdos.

**Palavras-Chave:** Inclusão; Deficiência; Ensino Regular; Surdos.

### RESUMEN

El propósito de este estudio fue promover una reflexión sobre la inclusión de estudiantes sordos en las escuelas regulares. Por lo tanto, el estudio buscó respuestas a dos preguntas: si existe o no una inclusión escolar efectiva y qué es lo que la escuela enfrenta este desafío y cómo se ha preparado, con el fin de satisfacer mejor la diversidad y las necesidades pedagógicas de los estudiantes, buscando garantizar el acceso al conocimiento para todos. El objetivo principal de este artículo fue comprender las dificultades que los estudiantes sordos han enfrentado en el aula, en la obtención de conocimientos y en el desarrollo educativo. Y como objetivos específicos, buscamos analizar alternativas educativas para sordos; reflexionar sobre las representaciones sociales de la sordera y los sujetos sordos; y también analizar las condiciones de aprendizaje y desarrollo de un niño sordo. La elección del tema justifica la búsqueda del reconocimiento de la diversidad y de los marginados por una educación que contempla las diferencias. Hipotéticamente, se cree que la inclusión de las personas sordas debe suceder desde el momento en que se busca un mayor conocimiento sobre los hábitos comunicativos de estas personas, valorándolas y estableciendo con ellas una mayor conexión entre la sociedad y la comunidad sorda. Además, es necesario que exista un proceso continuo de capacitación de equipos para trabajar con los desafíos que se presentan frente a la educación y la inclusión de las personas sordas.

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Anicuns, 2022.

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Anicuns, 2022.

<sup>3</sup> Graduada em História, Pedagogia pela Faculdade de Anicuns; Graduando Letras-Libras pela Faculdade Estácio de Sá; Pós-graduada em História do Brasil e Região, Psicopedagogia, Educação Infantil, (AEE), Língua Brasileira de Sinais com Ênfase no Bilinguismo, Neuropedagogia Aplicada à Educação; Mestre em Ciências da Educação pela Universidade UDS – PY, Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana - PY



**Palabras clave:** Inclusión; Deficiencia; Educación Regular; Sordo.

## ABSTRACT

The purpose of this study was to promote a reflection on the inclusion of deaf students in regular schools. Thus, the study sought answers to two questions: whether or not there is an effective school inclusion and what the school does in the face of this challenge and how it has prepared itself, in order to better meet the diversity and pedagogical needs of students, seeking to guarantee access to knowledge for everyone. The main objective of this article was to understand the difficulties that the deaf student has faced in the classroom, in obtaining knowledge and in educational development. And as specific objectives, it sought to analyze educational alternatives for the deaf; reflect on the social representations of deafness and deaf subjects; and also to analyze the conditions of learning and development of a deaf child. The choice of the theme is justified by the search for the recognition of diversity and the marginalized by an education that contemplates differences. Hypothetically, it is believed that the inclusion of the deaf should happen from the moment in which greater knowledge is sought about the communicative habits of these people, valuing them and establishing with them a greater connection between society and the deaf community. Furthermore, it is necessary to have a continuous process of team formation to work with the challenges that occur in the education and inclusion of the deaf.

**Keywords:** Inclusion; Deficiency; Regular education; deaf.

## INTRODUÇÃO

A escola para todos é caracterizada como aquela que acolhe os alunos independentemente de suas necessidades, sendo ou não portadores de necessidades especiais. É o chamado espaço da inclusão a qual estabelece a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

Os últimos anos foram decisivos para a construção de um espaço escolar baseado na diversidade. A inserção dos alunos portadores de algum tipo de deficiência passou a ser uma obrigatoriedade das escolas visando à inclusão. Assim sendo, a reestruturação dessa instituição é uma necessidade para que todos possam usufruir os mesmos direitos e de uma aprendizagem significativa.

Dentro disso, o artigo em comento, o qual tem como tema a inserção do aluno com deficiência auditiva na rede comum de ensino, tem por objeto a análise de como deve ser este espaço para que o deficiente visual seja inserido de forma democrática e com respeito as suas limitações, bem como analisa-se quem é esse aluno e quais as suas necessidades e finalmente a presença do psicopedagogo como profissional que pode contribuir com a prática pedagógica do professor para lidar com esse aluno considerado especial, contudo, com possibilidade real de aprender de forma ativa.



O presente artigo tem por objetivo compreender as dificuldades que o surdo tem encontrado na sala de aula, na aquisição do conhecimento e no desenvolvimento educacional.

A justificativa do tema se deu pela busca do reconhecimento da diversidade e dos marginalizados por uma educação que contemple as diferenças, uma vez que temos vários surdos incluídos no ensino regular. Com isso, o fracasso escolar muitas vezes acontece por estratégias inadequadas fazendo com que os alunos desistam de estudar devido a sua limitação auditiva.

A pesquisa bibliográfica é a ferramenta de trabalho para o desenvolvimento desse projeto, no qual será contemplada as perspectivas e desafios inclusivos na educação dos surdos. Em relação à pesquisa qualitativa, considera-se existir uma ligação dinâmica entre o real e o ser humano, uma relação que não está coligada na objetividade e na subjetividade do indivíduo, não podendo ser transcrita em dados estatísticos.

Para a efetivação desta pesquisa foi realizado estudos em vários livros de diferentes autores, a fim de construir um material teórico levando em consideração a ideia criada por esses autores e seus diferentes conceitos sobre o tema.

## **HISTÓRICO DA INCLUSÃO DOS SURDOS NO BRASIL**

A surdez sempre existiu, mas antigamente os sujeitos surdos não eram respeitados e nem considerados como seres humanos. Fernandes (2011 p.21), relata que “atos desumanos foram praticados por diferentes civilizações, as quais consideravam a surdez um castigo”.

Entretanto, muitas foram as conquistas através dos movimentos mundiais, que repercutiam no cenário brasileiro na educação dos surdos. Jean Itard foi considerado o pai da Educação Especial, ele buscou estudar muito tempo a recuperação de um menino deficiente mental. Mas só no final do século XVIII e início do século XIX surgiu a Educação Especial, aparecendo os primeiros programas de atendimento às pessoas, chamadas de excepcionais. Antes não existia inclusão e por isso as pessoas surdas frequentavam as escolas especiais.

No Brasil, os atendimentos para pessoas especiais iniciaram, somente a partir do século XX com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Essa declaração dava direitos a essas pessoas a terem uma



vida normal, tendo liberdade, direito à educação entre outras. Ferreira (2006, p.87) destaca que:

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a lei nº 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especial).

Apesar de o Brasil ter mudado algumas políticas para construir uma sociedade melhor e mais justa para as pessoas com necessidades especiais, ainda existe um descaso muito grande por parte do governo e dos que participam da política.

A LDBEN (1996) aponta que o atendimento dos alunos com necessidades especiais deve ser, preferencialmente, em classes comuns das escolas, inclusive em todos os níveis de educação. Ainda no art. 59 da LDBEN, discorre que deverão ser assegurados aos educandos com necessidades especiais, métodos, técnicas recursos educativos para atender as suas necessidades específicas. A dignidade e a cidadania foram eleitas pela constituição brasileira, fundamento da República, onde o objetivo é o bem-estar das pessoas sem que haja preconceito e discriminação. Ainda garante educação a todos, dando o direito de se desenvolver como pessoa e obter uma qualificação profissional.

Sendo assim, a escola é obrigada a fornecer um ensino de qualidade, sem excluir qualquer pessoa que seja independentemente da cor, da raça e de sua necessidade. Muitas leis são criadas pelo governo, mas várias não são aplicadas de forma correta na prática. Muitas vezes tem uma falta enorme de pessoas capacitadas para exercerem as leis. A falta de verba dificulta um acolhimento dessas pessoas que necessitam de cuidados especiais, por exemplo, os alunos que necessitam de rampas para ter acesso à sala com cadeira de rodas. A sociedade inclusiva almejada por todos deve pautar-se na compreensão do significado do termo “inclusão”. Educar para a inclusão é afirmar que “Todos têm o direito de



estudar numa escola regular com outros educandos, construindo juntos os conhecimentos e aceitar as diferenças de cada um, pois ser diferente é normal”. Quando se diz em educação especial é muito importante saber salientar sobre a nomenclatura a ser usada diante das pessoas que apresentam diferenças.

De acordo com Fernandes (2011, p. 139):

No contexto brasileiro, a expressão necessidades especiais foi oficialmente adotada no art. 58 da LDBEN (Brasil,1996), acarretando numa interpretação ampliada do alunado da educação especial no contexto da inclusão, uma vez que avançava na ideia de que aplicava apenas aos alunos com deficiências e abrangia os demais alunos excluídos ou marginalizados no contexto escolar.

A verdade é que as pessoas com necessidades específicas necessitam de auxílio para desenvolver ou minimizar sua dificuldade.

Para Fonseca (1997, p. 29), a definição da classificação em Educação Especial deve ser avaliada e classificada de acordo com o comportamento e não criança ou pessoa. O momento em que vivemos é de constante luta a fim de que a inclusão social se faça valer em nosso meio, garantindo o respeito daqueles que são excluídos e menosprezados pela sociedade.

Apenas em 1960 houve uma luta maior onde teve início a aprendizagem desses alunos nas instituições, no entanto, não tiveram êxito, pois queriam que os alunos se adaptassem a escola. Em 1990, a inclusão foi fortalecida, buscando alcançar o desenvolvimento escolar reformulando o sistema educacional como um todo, inclusive na parte física. A história da educação especial no Brasil ficou conhecida como período de institucionalização.

As pessoas que necessitam de atendimentos especializados vivem em constante luta para assegurar seus direitos básicos, geraram na sociedade a reivindicação do direito de estudar junto com outros alunos, nas escolas comuns. Nessa época a educação de forma geral era dada ao descaso, pois não era necessário ter estudo para trabalhar, já que muitos trabalhavam durante horas, praticamente um trabalho escravo.

Conforme Silva (2010, p.32), a inclusão no âmbito escolar tem como objetivo colocar o aluno especial na escola regular, porém, a escola continua da mesma forma, onde o aluno inserido que deve se adaptar à escola. Em contrapartida no sistema de ensino inclusivo é a escola que se reorganiza para atender



a dificuldade de cada aluno. É o sistema que tem que oferecer um ensino de qualidade a todos.

Analisando a escola, percebe-se que ela é um reflexo da sociedade e vice-versa, está em constante modificação e é correspondida. As mudanças são necessárias para atender a todos respeitando suas individualidades e necessidades. Contudo, certas modificações impulsionam discussões e geram consequências que devem ser analisadas por políticas, para que não gere descontentamentos e discriminação.

Neste sentido, os documentos que norteiam as políticas da educação especial e simultaneamente educação inclusiva, são os seguintes:

- Lei Federal n 7.853, de 24 de outubro de 1989 – dispõe Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei n 3.298, de 20 dezembro de 1999 – institui Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- Lei n 10.172, de 09 de janeiro de 2001 – Aprova o Plano Nacional de Educação.
- Resolução CNE n 02, de 11 de setembro de 2001 – institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Estas leis teoricamente fazem com que sejam respeitados os direitos das pessoas que necessitam de atendimento especializado. A inclusão veio para transformar a educação do país, onde a escola seja para todos, recebendo alunos “normais” ou com alguma necessidade especial.

## **EDUCAÇÃO DOS SURDOS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS INCLUSIVOS**

A educação dos surdos requer, cada vez mais a atenção de pesquisadores e estudiosos da educação, pois apesar do envolvimento da comunidade científica, o desenvolvimento de propostas educacionais para essa especificidade mostrou-se ineficiente nos últimos anos, já que após anos de escolarização grande número de surdos apresenta expressiva limitação, não lendo nem escrevendo satisfatoriamente e não tendo um domínio adequado dos conteúdos acadêmicos (PEREIRA; BENITE; BENITE, 2011).

Além disso, os educadores vêm vivenciando a experiência de lecionar cada vez mais para estudantes com NEE, indivíduos esses amparados por Lei, inclusive para garantia de sua educação. O Art. 9 da Lei nº 5.692, de 11 de março de 1971, aponta que:



Os estudantes que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (SÁ et al., 2013, p. 45).

Torna-se importante ressaltar, de acordo com estudos feitos por Luchesi (2003), que as operações mentais de surdos são iguais às do ouvinte. Porém, o que interfere nas primeiras é exatamente a deficiência do processo comunicativo. Dessa maneira, de acordo com as experiências narradas por essa autora, o principal obstáculo na educação dos surdos é exatamente a deficiência que a instituição escolar possui em manter com este um processo comunicativo mais próximo, de modo a compreender a sua condição.

A partir da década de 1990, com o aumento das discussões em torno da educação inclusiva e sobre como a escola deveria se equipar física e pedagogicamente para o atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1996), foram criadas algumas metodologias voltadas ao ensino dos estudantes surdos. Poker e Tendolini (2010) ressaltam que algumas dessas metodologias baseavam-se exclusivamente na linguagem oral. Outros, por sua vez, defenderam a língua de sinais e até mesmo uma série de códigos visuais voltados para manter a comunicação com esses estudantes. O que se pode afirmar é o fato de existirem muitas correntes teóricas sobre esse assunto, e que é o educador que deverá optar por aquela que considerar mais adequada à sua realidade e aos seus conhecimentos sobre cada caso.

Goldfield (1997) defendeu que os sinais deveriam ser utilizados independentemente da língua oral. Defendeu também que deveria existir um ensino bilíngue, uma vez que isso poderia contribuir para aumentar a comunicação entre o educador e o estudante. Poker (2007) argumenta que, apesar de muito se ter evoluído no que se refere ao processo de instrução do estudante surdo ou deficiente auditivo, poucos ainda são os trabalhos nesse sentido, o que pode constituir um problema no processo de adaptação das escolas para o trabalho com estes estudantes. Em relação aos estudantes surdos ou com deficiência auditiva<sup>1</sup>, foco desse trabalho, parece que eles estão fadados à exclusão, sobretudo em uma sociedade que valoriza sobremaneira a cultura oral. O fato de não ouvir,



ou ter deficiência na audição, conduz o indivíduo ao isolamento e, com isso, deixa de potencializar todas as suas outras habilidades de aprendizagem.

Nesse caso, é importante o professor tentar explorar todas as possibilidades que são oferecidas. Isso envolve verificar se na escola existe intérprete para LIBRAS, se oferece cursos voltados para melhorar formação e trabalho com a diversidade, e também como a literatura discute sobre a abordagem do estudante surdo em sala de aula. A exploração destas possibilidades refere-se principalmente à disponibilidade de estudo por parte do professor como também do oferecimento de recursos humanos e materiais que lhe são oferecidos para o trabalho com o estudante surdo.

Também é importante que seja realizado um diagnóstico sobre a situação do estudante, isso envolve verificar suas fichas de avaliação com o professor do ano anterior, se possível conversar com o professor e o orientador educacional que o acompanharam no ano anterior, conversar com a família, verificar os gostos pessoais do estudante, quais são os conteúdos que lhe interessam mais e também aplicar avaliações diagnósticas para saber quais são os conteúdos que ainda necessitam ser trabalhados e quais os que o estudante já domina. O que se pode dizer sobre o trabalho com estudantes surdos é que ele se inicia com uma formação do professor e fornecimento de materiais didáticos adequados, porém também é essencial conhecer as necessidades do estudante para o desenvolvimento de um bom trabalho.

Poker (2007) ressalta ainda que para os estudantes que possuem resíduos auditivos, o método do oralismo é o mais adequado. Trata-se de uma metodologia que consiste em incluir o estudante com deficiência auditiva no mundo dos falantes. De acordo com esse método, por meio da leitura orofacial, a criança amplia suas capacidades auditivas e, ao poder dominar a fala, tem um ensino mais voltado para a normalidade.

No caso do oralismo, rejeita-se qualquer forma de comunicação por meio de sinais, uma vez que estes são concebidos como uma forma de impedimento ao desenvolvimento das capacidades auditivas e também da capacidade de realizar a leitura orofacial (POKER, 2007).

A metodologia da comunicação total é defendida também por diversos teóricos que pesquisaram sobre o assunto. Goldfield (1997), por exemplo, destaca que tal metodologia consiste na utilização da linguagem oral em parceria



com sinais, gestos e outros artifícios que possam tornar mais íntima a comunicação com o surdo. Para esse teórico, o desenvolvimento da oralidade somente não é capaz de assegurar o desenvolvimento do estudante surdo. Ao contrário, devem ser também considerados aspectos emocionais, afetivos e cognitivos deles. Nesse sentido, a comunicação total defende a interação social e não apenas a língua como forma de assegurar o desenvolvimento do estudante surdo.

Luchesi (2008) afirma que os postulados do oralismo são contraditórios àqueles postulados apresentados na comunicação total. Enquanto o oralismo afirma que a utilização de sinais pode retardar o desenvolvimento oral da criança surda, os adeptos da comunicação total afirmam que exatamente essa falta é que causa tal retardamento. As pesquisas de Luchesi (2008) demonstraram que esse embate entre ambas as correntes tem perdurado por mais de dois séculos e, muitas vezes, causam uma perda de foco sobre qual estratégia seria mais adequada para ser utilizada com o estudante surdo.

Luchesi (2008) ainda ressalta o surgimento nas últimas décadas da corrente bilíngue, que tem tido avanços positivos na educação da pessoa surda. O bilinguismo também é uma corrente que vem ganhando força nas últimas décadas. Trata-se de uma metodologia recente, ainda não concretamente implantada, o que implica em poucos estudos críticos sobre sua eficácia (POKER, 2007). De acordo com os pressupostos dessa corrente, a língua de sinais deve ser considerada antes da língua materna, sendo este o principal ponto em que se discorda da comunicação total, tendo em vista que, neste método, não se privilegia uma língua sobre a outra.

Na concepção de Brito (1993), a comunidade surda tem uma cultura própria. Portanto, deve-se priorizar a língua de sinais com o intuito de valorizar essa cultura e estimular também a comunicação entre os surdos, para que sua forma de pensar e agir sejam respeitadas. Contudo, para que isso se efetive, é importante que o professor conheça a língua de sinais. Dessa maneira, constata-se que, para ocorrer a inclusão na escola regular, segundo este método, é necessário contar com profissionais que apresentem um alto grau de especialização.

Luchesi (2008), ao descrever suas experiências na educação de estudantes surdos, afirma que não existe um método pronto. O professor deverá, inicialmente, se imbuir de muitos conhecimentos teóricos sobre o assunto e, ao se deparar com essa realidade, utilizar aquele que for mais conveniente para



assegurar um desenvolvimento pleno aos educandos. As considerações feitas pela autora demonstram que, quanto mais efetivo for o processo de comunicação, não importando se ele acontecer pela via oral ou pelo uso dos sinais, mais seguro será o desenvolvimento dos estudantes surdos, assegurando a estes não somente o desenvolvimento intelectual, como também a sua valorização como pessoas que possuem sentimentos e cultura próprios.

O ideal sobre a inclusão é que as escolas de ouvintes se preparem para dar aos estudantes surdos os conteúdos pela língua de sinais, por meio de recursos visuais, tais como Língua Portuguesa escrita, mímica/dramatização, figuras, recursos tecnológicos (vídeo/TV, slides, computador, retroprojeto) e leitura, desenvolvendo nos estudantes a memória visual e o hábito de leitura; recebendo apoio de professor especialista conhecedor de língua de sinais, 9 além de proporcionar aos intérpretes condições para acompanharem as aulas específicas de cada conteúdo (QUEIROZ; BENITE, 2009).

Essa realidade ainda está distante das escolas brasileiras, pois poucos docentes e instituições de Ensino Fundamental, Médio e Superior têm conseguido incluir de maneira efetiva, em sua dinâmica cotidiana, os estudantes surdos. Excluídos do processo educativo em função da falta de estratégias pedagógicas específicas nas escolas, os surdos encontram dificuldades para participar e dar continuidade a seus estudos e, historicamente, ficam alheios aos processos decisórios da sociedade que exigem conhecimentos científicos e tecnológicos (SOUSA; SILVEIRA, 2009).

Apesar de existirem estudos apontando que a diminuição ou perda da audição dificulta a compreensão das palavras, os mesmos destacam que a aprendizagem não precisa passar pela oralidade (DIAS, 2007). Costa apud Dias (2007), afirma que a via primária para o intelecto dos surdos é a visão, canal natural de sua aprendizagem.

Os professores, de modo geral, por não possuírem formação que lhes possibilitem trabalhar com surdos, têm grandes dificuldades em lidar com a construção de conceitos científicos para esse grupo particular, o que gera exclusão e distanciamento dos estudantes surdos nas aulas desse conteúdo (SOUSA; SILVEIRA, 2011).

No Brasil, a grande maioria dos surdos permanece analfabeta, apesar de frequentarem por vários anos os espaços escolares. A escolaridade é importante



aliada para que esses indivíduos realizem suas escolhas e construam sua cidadania, porém, embora seja uma garantia legal, as escolas são carentes de profissionais qualificados para atender as particularidades dos surdos e das demais pessoas com NEE (SILVA, et. al, 2006).

Garantir o direito do estudante à educação com qualidade constitui-se o principal desafio da escola, porque exige implementação de políticas públicas inclusive para reorganização estrutural e curricular da escola, com vistas a mudanças de concepções, atitudes e práticas escolares (DIAS, 2007).

Com o avanço nos direitos de acessibilidade e inclusão educacional, independentemente das condições físicas, motoras ou cognitivas dos sujeitos, surgem demandas e desafios para as relações de ensino e aprendizagem que se estabelecem na Educação Básica.

## **O SURDO E A EDUCAÇÃO NA ATUALIDADE**

Analisando a realidade escolar e a inexperiência de boa parte dos profissionais da educação ao acolher o aluno surdo nas salas de ensino regular é visto que a inclusão caminha de maneira muito lenta. Embora vigorem legislação para garantir o direito do aluno surdo ainda é presente situações que o sujeito com deficiência auditiva é posto a margem do processo de escolarização, sendo a ele negado o direito e a oportunidade de aprendizagem na escola.

Em consonância as pesquisas realizadas, o que se vê, são sinais de uma educação diferente a assegurada por lei, a uma grande lacuna no que a dita a legislação sobre a educação verdadeiramente inclusiva para o que realmente é efetivado. Referente a inclusão do aluno surdo podemos dizer que:

A educação inclusiva de alunos com surdez na escola regular, parte do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, provoca mudanças na escola e na formação docente, propõe uma reestruturação da educação que beneficie todos os alunos. É uma abordagem que procura responder as necessidades de aprendizagem desses educandos, melhora a qualidade do ensino, atua como impulsionadora das mudanças nas práticas educacionais nas escolas, desafiando os professores a desenvolverem novas metodologias (DEUS, 2011, p. 02).

A realidade diverge da fala do autor, pois o que se presencia na maioria das vezes são professores poucos preparados, ou que não tem propriedade de conhecimento na área de inclusão, ou que ao menos passaram por disciplinas



curriculares básicas durante suas licenciaturas, apontando o despreparo dos professores atuantes nas escolas regulares, que como foi exposto, em sua maioria, não estão devidamente habilitados para trabalhar com a inclusão escolar desses alunos, o que prejudica o ambiente de ensino e aprendizagem do surdo por completo.

É preciso ter clareza que a aprendizagem é um processo social, de inserção do indivíduo na sociedade, tendo como principal objetivo facilitar as formas de se mediar o aprender, respeitando o desenvolvimento dos alunos. Pertence ao professor a tarefa de rever os métodos tradicionais, reducionistas e inviabilizadores de ensino para que a educação passe a trazer prazer em aprender, como reflete Falcão (2010, p. 29):

Na educação do surdo não se discute como eles apreendem, a lógica do raciocínio, a estruturação dos valores e conhecimentos pessoais e sociais, nem como ele estuda, como faz uso das informações e do conhecimento humano universal, de como funciona sua mente ou de como ter acesso às suas reflexões e interpretações. Diante deste “mistério” mantido a “sete chaves”, a opção de muitos educadores é repassar a responsabilidade a intérpretes e a outros surdos, quando não simplificam os conhecimentos e “aprovam” todos no final do ano letivo sem o mínimo de conhecimentos necessários para as séries em que estão inseridos.

No entanto, torna-se evidente que os professores não possuem conhecimento a respeito da temática surdo, fazendo com que não se tenha um aprofundamento teórico. Assim, o despreparo e o desconhecimento ocasionam um total fracasso escolar, no que tange à educação qualificada desses alunos.

Machado (2008, p. 79) afirma que “o fracasso escolar do aluno se relaciona com a inadequação da escola para atender as suas especificidades de aprendizagem”, tornando-se, evidente, o despreparo da escola em receber os alunos surdos. Os professores, sem preparo para receber os alunos surdos, e por não conhecerem a história e a importância da cultura surda, não compreendem as causas do fracasso constante desses alunos. Sobre a influência continuada dos professores ouvintes e a irrealizável integração dos surdos em escolas regulares, Machado (2008, p. 78) explica:

Visualizar uma escola plural, em que todos que a integram a “possibilidade de libertação”, é pensar uma nova estrutura. Para tanto, é necessário um currículo que rompa com as barreiras sociais, políticas e econômicas e passe a tratar os sujeitos como cidadãos produtores e produtor de uma cultura.



Não há como atribuir o fracasso escolar das pessoas surdas, às suas famílias e professores. Tem-se que partir para um discurso, pautado em conceitos e modelos pedagógicos usados, refletindo sobre a escola que se quer para os surdos, tendo-os na participação dos projetos político-pedagógicos, como meio de incluir os surdos na elaboração de uma escola inclusiva com qualidade.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

A pesquisa bibliográfica é a ferramenta de trabalho para o desenvolvimento desse projeto, no qual será contemplada as perspectivas e desafios inclusivos na educação dos surdos.

No tocante aos métodos e procedimentos, verifica-se que a investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (Gil, 2008, p. 8), para que os objetivos do método científico sejam atingidos.

Em relação à pesquisa qualitativa, considera-se existir uma ligação dinâmica entre o real e o ser humano, uma relação que não está coligada na objetividade e na subjetividade do indivíduo, não podendo ser transcrita em dados estatísticos.

Para a efetivação desta pesquisa foi realizado estudos em vários livros de diferentes autores, a fim de construir um material teórico levando em consideração a ideia criada por esses autores e seus diferentes conceitos sobre o tema.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As transformações e avanços referente ao ensino e aprendizagem na educação dos surdos, foram profundas e acarretaram mudanças no modo de vida e de expressão da pessoa surda, concentrando na realidade que deparamos hoje. Observou-se que para o processo educacional ser aplicado coerentemente de forma que estimule a educação das pessoas surdas e não as deixem a margem, é necessário se estabelecer formas específicas de ensino.

Com base no estudo realizado através da pesquisa bibliográfica, torna-se evidente que hoje, a escola tenta proporcionar aos alunos com necessidades educacionais especiais, sobretudo, no aluno surdo, um estudo no qual está em seu alcance, com os poucos recursos que se tem, pois há uma grande deficiência de materiais de apoio e também de profissionais, haja vista que a



disponibilização de verbas é insatisfatória, assim, as escolas não podem adquirir materiais adequados para trabalhar com esses alunos que necessitam de um aprendizado diferenciado.

É importante observar que, enquanto prática de ensino para o surdo, é a expressão da linguagem que flui através do desenvolvimento de outras habilidades, estimulando qualquer tipo e intenção comunicativa, incluindo a própria língua.

Necessário se faz observar que ainda que algumas escolas possuam uma professora interprete que auxilia o aluno surdo nas aulas e atividades, o que é muito importante para que o aluno consiga acompanhar a aula na sua língua natural que é a Libras, ainda faltam muitos profissionais qualificados para fazer esse trabalho, de interpretação e tem muitas escolas que ainda não possuem.

Nesse contexto, a comunicação da sala, que em quase sua totalidade é de alunos ouvintes, se dá de forma oral, pois os alunos não sabem libras, apenas a interpreta. Isso faz com que o aluno surdo se esforce para entender e tentar fazer a leitura labial. Entretanto, a dificuldade que mais atrapalha a vida escolar do aluno surdo é a segunda língua, o português. Para ele é complicado entender as palavras, apenas consegue estudar na escola, pois em casa sozinho as dificuldades aumentam.

Observou-se que apesar dos avanços, ainda, há muito que se fazer não apenas em relação à inclusão, mas em todo âmbito escolar, para todos os alunos que frequentam uma escola a fim de ter um aprendizado de qualidade.

É notório que ainda existe muito o que se fazer para melhorar a educação dos surdos no Brasil, começar a compreender a comunidade surda e suas necessidades é um dos primeiros passos. É necessário que a formação dos futuros professores e a reciclagem dos saberes daqueles que já estão nas salas de aula passe pelas áreas de inclusão, não só de forma superficial, mas de fato que sejam compreendidas as necessidades de cada aluno.

Finalmente, através dessa pesquisa ficou evidente que as dificuldades e as barreiras são diversas, mas que se todos mobilizassem e tentassem mudar essa realidade tudo seria mais fácil, tanto para o aluno surdo, quanto para as próprias escolas que os recebem.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

BRITO, L. F. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

DEUS, Maria de Lourdes Fonseca de. **Surdez: Linguagem, comunicação e aprendizagem do aluno com surdez na sala de aula comum**. Maringá - PR, 2011.

DIAS, V. N. C. F. **A investigação da educação de surdos do contexto do ensino de Ciências**. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (ENCI-CECIMIG) da Faculdade de Educação da UFMG, 2007.

FALCÃO, Luiz Albérico. **Surdez, Cognição Visual e LIBRAS: conhecendo novos diálogos**. Recife: Editora do Autor, 2010

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. Curitiba: 2. ed. Ibepex, 2011.

FERREIRA, Júlio Romero. Educação especial, inclusão e política educacional: IN: Rodrigues, D. (org.) **Inclusão e Educação: Doze Olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

FONSECA, V. **Educação especial: programa de estimulação precoce: uma introdução às ideias de Feurstein**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GOLDFIELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Editora Pexus, 1997.

LUCHESE, M. R. C. **Educação de pessoas surdas**. Experiências vividas, histórias narradas. Campinas: Papyrus, 2008.

MACHADO, Paulo C. **A Política Educacional de Integração/Inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

PEREIRA, L. L. S.; BENITE, C.; BENITE, A. **Aula de química e surdez: sobre interações pedagógicas mediadas pela visão**. Química Nova na Escola, São Paulo, v. 33, n. 1, Fev. 2011.

POKER, R. B. **Dificuldades de aprendizagem e educação inclusiva**. Aprender, Vitória da Conquista (BA), v. 1, p. 169-180, 2007.

POKER, R. B.; TENDOLINI, E. A. **Implementação da educação inclusiva: análise do projeto político pedagógico das escolas**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 5, n. 3, p. 1-13, 2010. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br> Acesso em: 01/06/2022.

QUEIROZ, T. G. B.; BENITE, A. M. C. **Ensino de ciências e surdez: esse “outro” na sala de aula**. Revista da SBEnBio, Campinas, v. 3, p. 698-709, Out. 2010.



SÁ, E. F.; PAULA, H. F.; MUNFORD, D.; MARTINS, C. M. C.; SILVA, N. S. **Ensino de Ciências com Caráter Investigativo B**. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Educação – CECIMIG, p. 2-8, 2013.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar**: história e fundamentos. Curitiba: Ibepex, 2010.

SILVA, L. C.; DECHICHI, C.; SANTOS, C. L.; GONZAGA, K. A. **Cursinho alternativo para aprendizes surdos CAS**. Em Extensão (UFU), v. 5, p. 38-48, 2006.

SOUSA, S. F.; SILVEIRA, H. E. **Terminologias Químicas em Libras: a utilização de sinais na aprendizagem de estudantes surdos**. Química Nova na Escola, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 37-46, Fev 2011.